

## **CURSO FECHADO (*IN COMPANY*) PARA MUNICÍPIOS – 16HS PRESENCIAIS**

### **A ARRECADAÇÃO DE ISS DE 2026 E SUA INFLUÊNCIA NO RETORNO DE IBS AOS MUNICÍPIOS**

Planejamento para o Município aumentar a arrecadação de ISS e assegurar receita na Reforma Tributária

#### Objetivo

Conforme as regras estabelecidas na Lei Complementar 227/2026, a receita de ISS e de cota-parte de ICMS entre 2019 e 2026 terá grande influência na distribuição do IBS, o tributo criado pela Reforma Tributária, que irá suceder a ICMS e ISS. Essa média de arrecadação, representará 90% do retorno de IBS aos Municípios em 2033, e se manterá como a principal forma de apuração da distribuição do IBS até 2053, com influência até 2077 no cálculo. Em razão disso, o presente curso explica como funciona o cálculo da distribuição do IBS e apresenta técnicas para que o Município, dentro das regras legais, possa aumentar a arrecadação de ISS em 2026 e assim assegurar uma receita maior de IBS por décadas. O curso, na sua forma presencial, será ajustado conforme a legislação de cada Município, e apresentará dados específicos da cidade, para fundamentar um planejamento completo de ação.

#### Público-alvo dos Municípios

Fiscais de tributos, auditores, contadores, controladores internos, procuradores, advogados do Município, prefeitos, secretários e demais interessados.

#### Tópicos de Conteúdo

Parte I – Entendimento do IBS e da distribuição do novo imposto

1. Apresentação da Reforma Tributária:

- a) Princípios norteadores da Reforma Tributária e seu impacto na economia;
- b) Tributos afetados, amplitude e conceitos gerais.
- c) Efeitos econômicos e na arrecadação dos municípios.
- d) Considerações gerais sobre a transição e implantação.

2. Entendimento geral do IBS, da transição e extinção do ISS:

- a) Fatos geradores, base de cálculo e alíquotas do IBS;
- b) Tributação no destino;
- c) Não cumulatividade e creditamento;
- d) Pagamento.

- e) Isenções, benefícios, regimes diferenciados e regimes específicos.
- f) Transição das regras.

### 3. Forma de distribuição do IBS para os municípios

- a) Método de cálculo da distribuição do IBS aos Municípios a partir de 2029.
- b) Apuração das médias de arrecadação do ISS e da cota-parte do ICMS no retorno do IBS.
- c) Arrecadação efetiva *versus* lançamento.
- d) Simulação do retorno de IBS do Município com base em estimativas e arrecadação média.
- e) Demonstração do impacto de qualquer aumento no ISS no retorno por décadas.
- f) Forma de divulgação dos índices, recursos e prazos pelo Comitê Gestor do IBS.

## Parte II – Técnicas para aumento da arrecadação do ISS

### 1. Ponderações gerais sobre fiscalização

- a) Definição de autoridade fiscal municipal.
- b) Atribuições fiscalizatórias e segurança formal.
- c) Possibilidades de autorregularização e incentivo ao pagamento.

### 2. ISS e Simples Nacional

- a) Forma de recolhimento do ISS no Simples Nacional.
- b) Rotinas fundamentais para controle de pagamento.
- c) Principais situações passíveis de fiscalização eficiente (imunidades, erros de anexo, deduções, retenção, indicação errada de ISS fixo, local do recolhimento e outras).
- d) Utilização de ferramentas de controle e cruzamento de dados.
- e) DTE do Simples Nacional e formas de notificação.
- f) Convênio para cobrança da dívida ativa de ISS.
- g) Cobrança da dívida ativa de MEI.
- h) Incentivos para o pagamento em 2026.

### 3. ISS e Construção Civil

- a) Inviabilidade de dedução dos materiais da base de cálculo e fiscalização.
- b) Revisão de obras concluídas e/ou em andamento.
- c) Meios de controle de obtenção de dados de obras.
- d) Meios de incentivo ao recolhimento de ISS até o final de 2026 de obras em andamento.

### 4. ISS e instituições financeiras

- a) Conferência de dados e identificação de inconsistências nas declarações.
- b) Lançamento e cobrança eficiente em casos de inconsistências.

#### 5. ISS e Profissionais Liberais

- a) Formas de identificação de profissionais liberais e sociedades profissionais no Município.
- b) Verificação do direito ao ISS fixo e lançamento de valores não apurados.

#### 6. ISS e serviços de tecnologia

- a) Identificação de sites, influencers, portais e outros com potencial incidência do ISS na publicidade digital.
- b) Identificação de outras empresas de tecnologia que possam atuar no Município.

#### 7. ISS e outros serviços conforme a realidade econômica da cidade

- a) Identificação do potencial econômico da cidade e dos principais serviços passíveis de fiscalização dentro os outros grupos de prestadores de serviço.
- b) Serviços agrícolas, turismo, hospedagem, médico, de manutenção, de cessão de mão de obra, de transporte, de treinamento, vigilância, monitoramento e outros, com foco naquele com maior potencial de recolhimento de ISS para a realidade da cidade.

#### 8. Cobrança da dívida ativa e incentivo ao pagamento

- a) Dívida ativa e cobrança extrajudicial.
- b) Execução fiscal e incentivo ao acordo (transação).
- c) Benesses ao bom pagador e ao contribuinte cooperativo.
- d) Programas de conformidade do ISS e descontos para regularização.
- e) Políticas possíveis de antecipação ao recolhimento de ISS.
- f) Divulgação e conscientização dos contribuintes.

#### 9. Considerações finais

- a) Importância do planejamento continuado e relevância menor da arrecadação do ISS a partir de 2027 até 2032.
- b) Esclarecimento de dúvidas ou acréscimos específicos conforme a realidade da cidade.

#### Ministrante

**Adriano dos Santos.** Graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC; Advogado; Especialista em Direito Tributário pela Escola Brasileira de Direito - EBRADI; Especialista em



Gestão Pública pelo Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC; Ex-Consultor Tributário da Federação Catarinense de Municípios - FECAM; Coordenador de Atividades da Contributo Estudos Tributários; autor do livro “IBS e CBS – Visão Geral e Fundamentos Iniciais”; palestrante sobre temas tributários para mais de mil servidores municipais.

#### Formato do curso e participantes

Curso exclusivo para o formato fechado (*in company*) para Municípios, sem número máximo de participante, desde que todos os participantes sejam servidores ou agentes públicos da cidade contratante.

#### Carga Horária do Curso e Materiais

A carga horária presencial do treinamento é de 16 horas, correspondente da dois dias seguidos de treinamento, com 08 horas em cada dia.

Na contratação do curso presencial, todos os participantes passam a ter direito a acesso aos materiais em vídeo e PDF do curso EAD do mesmo tema, para que revisem ou analisem as informações sempre que precisarem.

A apresentação e dados simulados utilizados no treinamento é disponibilizado ao Município, para que possa ser usado pelos participantes.

#### **COMO CONTRATAR**



Curso ofertado exclusivamente pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM, por meio de parceria com a Contributo. Entre em contato com a EGEM para contratar:

**WhatsApp: (48) 99698-2319**

E-mail: [coordenacao@egem.org.br](mailto:coordenacao@egem.org.br)

Site: [egem.org.br](http://egem.org.br)